

---

EDITAL N.º  
**22/2023**

---

**Alteração ao Alvará de Loteamento N.º 13/2000**

João Carlos Caseiro Gomes, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, torna público que, para cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, e em conformidade com o despacho de 18/04/2023, procede por este meio, à notificação dos proprietários dos lotes abrangidos pela operação de loteamento com o alvará n.º 13/2000, em nome de Latitude – Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda., situado em Rua dos Oleiros e Rua de S. Lourenço, em Abrantes, na União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede, do pedido de alteração à programação deste loteamento que consiste, exclusivamente:

*“1. Na eliminação dos pontos 5.7., 5.8., 5.9. e 5.10. do seu regulamento que, se seguida, se reproduzem:*

*“5.7. As cores a aplicar exteriormente deverão ter a predominância do branco, ou tonalidade afim, em pelo menos 80% da área dos paramentos.”*

*“5.8. As coberturas, incluindo as dos anexos, deverão ser executadas obrigatoriamente em telha cerâmica, de cor natural.”*

*“5.9. Os muros de vedação confinantes com os arruamentos, não poderão exceder a altura de 1.20m. em paramento cheio, podendo ser encimados por gradeamento ou sebe, até à altura máxima de 1.80m.”*

*“5.10. As cotas de soleira das construções deverão obrigatoriamente ser fornecidas pelos serviços camarários.”*

*2. Na alteração do ponto 5.11. do seu regulamento que, se seguida, se reproduz:*

*“5.11. Salvo outras disposições legais em vigor, todas as construções deverão respeitar o preceituado no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) e Regulamento Municipal de Cores e Materiais de Revestimento Exterior (RMCMRE)” A redação deste ponto deverá passar a ser: “5.11. Salvo outras disposições legais em vigor, todas as construções deverão respeitar o preceituado no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) e Regulamento (municipal) da Urbanização e da Edificação ou dos que lhes venham a suceder.”*

O prazo para pronúncia é de 10 dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao desta publicação.

O processo em causa (Processo n.º 1026581 - Urbanismo) estará disponível para consulta, no Serviço de Atendimento desta Câmara Municipal, dentro do prazo indicado.

Para constar, publica-se o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município, 28 de abril de 2023

**João Carlos Caseiro Gomes**

